

Segurança alimentar e nutricional no período da Pandemia Covid-19: uma análise considerando a percepção do consumidor

Fernanda Évilin de Jesus Fortunato LIMA¹

Marielly Silva dos SANTOS²

Madalena Maria SCHLINDWEIN³

Resumo. A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso permanente a alimentos de qualidade, em condições sanitárias, em quantidades suficientes para as necessidades de cada indivíduo, sem comprometer outras necessidades básicas e essenciais. Desse modo, as discussões sobre esse tema tornam-se cada vez mais importantes para promover o desenvolvimento de uma nação. O presente artigo buscou identificar a percepção do consumidor sobre segurança alimentar e nutricional no período da pandemia no ano de 2020. Para tanto, realizou-se uma pesquisa de caráter exploratório e de abordagem quantitativa, com aplicação de questionário adaptado, as questões foram elaboradas mediante trabalhos realizados sobre a percepção do consumidor sobre segurança alimentar e nutricional. A pesquisa foi realizada no estado de Mato Grosso do Sul. Obteve-se 61 respostas válidas que permitiram compreender o perfil dos respondentes, as dificuldades encontradas no consumo e no ato da compra dos alimentos. A maioria dos respondentes mantiveram seus empregos, alguns tiveram redução salarial, mas não foi motivo para gerar insegurança alimentar. As respostas permitiram inferir dificuldades encontradas no momento da compra dos alimentos, como preços elevados, falta de alimentos nos estabelecimentos e pouca variedade. A pesquisa contribui para o debate sobre segurança alimentar e nutricional e permite conhecer o perfil dos consumidores do estado de Mato Grosso do Sul.

Palavras-chave: Segurança alimentar e nutricional; Pandemia Covid-19; Saúde; Consumo alimentar; Percepção do consumidor.

¹ Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, BRASIL
fernanda.fortunato025@gmail.com

² Universidade Federal da Grande Dourados, BRASIL

³ Universidade Federal da Grande Dourados, BRASIL
madalenaschlindwein@ufgd.edu.br

Abstract. Food and nutritional security consists of realizing everyone's right to permanent access to quality food, in sanitary conditions, in quantities sufficient for the needs of each individual, without compromising other basic and essential needs. Therefore, discussions on this topic become increasingly important to promote the development of a nation. This article sought to identify consumer perceptions of food and nutritional security during the pandemic period. To this end, exploratory research with a qualitative approach was carried out, using questionnaires. The questions were prepared based on work carried out on consumer perceptions of food and nutritional security. 61 valid responses were obtained, which allowed us to understand the profile of the respondents, the difficulties encountered in consumption and when purchasing food. Specifically, it was found that the population of the state of Mato Grosso do Sul, who participated in the research, did not notice significant changes in the amount of food consumed. Most respondents kept their jobs, some had a salary reduction, but this was not a reason to generate food insecurity. The answers allow us to infer difficulties encountered when purchasing food, such as high prices, lack of food in establishments and little variety. The research contributes to the debate on food and nutritional security and allows us to understand the profile of consumers in the state of Mato Grosso do Sul.

Keywords: Food and nutrition security; Covid-19 pandemic; Health; Food consumption; Consumer perception.

1. INTRODUÇÃO

O acesso ao alimento, o conhecimento sobre quais alimentos consumir e os hábitos alimentares são temas relevantes para promover políticas públicas e para eliminar as privações de liberdades substanciais. No contexto de segurança alimentar e nutricional o papel dos alimentos é essencial para garantir a sobrevivência da espécie humana e também proporcionar desenvolvimento nas práticas adotadas pelas organizações (Vasconcellos & Moura, 2018).

Desse modo, a alimentação torna-se um determinante para estabelecer saúde, bem-estar, e assegurar um direito fundamental e essencial para todos. Por se tratar de um direito humano, o acesso ao alimento independe de legislação específica, pois, tal tratativa está presente em normas, acordos e legislações, como por exemplo, na Constituição Federal de 1988 que institui a saúde como um direito da população (Cezar, 2020).

No entanto, o sistema federativo brasileiro criou alguns programas para assegurar o direito humano à alimentação adequada, políticas públicas, ações para promover e garantir a segurança alimentar e nutricional. O Brasil possui a Lei Orgânica da Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) e, também, a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNSAN) com intuito de aperfeiçoar os planos de segurança alimentar nutricional (BRASIL, 2006; 2010).

Ter acesso ao alimento não corresponde, basicamente, à segurança alimentar. O conceito está relacionado ao acesso em quantidades suficientes, contendo nutrientes necessários para o indivíduo, respeitando a diversidade cultural, econômica e, também, social (Vasconcellos & Moura, 2018).

Na literatura, são muitas as dimensões de interesse por estudos e pesquisas que abordam o tema segurança alimentar. Pode-se destacar estudos relacionados às cadeias produtivas, ao papel do governo, relacionamento entre empresas e meio ambiente e, também, estudos evidenciando o comportamento do consumidor sobre hábitos alimentares (Cezar, 2020).

Para Gouvêa e Biazzi (2007) o consumidor é considerado como um elo final das cadeias produtivas, que estabelece exigências e, também, possui o poder de moldar o mercado. As questões pautadas nas decisões de compra dos consumidores baseiam-se nas experiências sejam elas individuais ou coletivas, assim, ao adquirir um alimento ou uma refeição o consumidor tende a fazer uma comparação entre diferentes opções de produtos para analisar quais destes, são capazes de satisfazer suas necessidades, sejam elas econômicas, financeiras ou nutricionais.

Conhecer a percepção do consumidor sobre a qualidade dos alimentos e a segurança alimentar é importante para o crescimento do mercado agroalimentar e, também, para compreender a demanda do mercado interno e externo. Algumas pesquisas revelam que o consumidor europeu é sedento de informações sobre qualidade do alimento e sua segurança, estando disposto a realizar sacrifícios financeiros para consumir alimentos de qualidade. Diante desses aspectos, surge o problema da pesquisa: Qual a percepção do consumidor sobre a segurança alimentar e nutricional no período da pandemia Covid-19? A percepção envolve a demonstração dos dados coletados, posteriormente tratados e transformados em números apresentados em percentuais para expressar a realidade vivida no contexto da pesquisa.

De acordo com Zago (2021) o período de pandemia, que iniciou a alguns meses e se estende até o momento, provocou um momento crítico na economia. Devido ao encerramento de atividades econômicas, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstraram que cerca de 522 mil empresas fecharam as portas temporariamente ou definitivamente. Nesse sentido, a condição financeira pode influenciar o poder de compra dos alimentos e, conseqüentemente, impactar na segurança alimentar e nutricional.

Assim, para realizar a pesquisa buscou-se identificar a percepção do consumidor sobre segurança alimentar e nutricional no período da pandemia. Especificamente, pretendeu-se identificar, através da aplicação de um questionário, se a pandemia gerou algum impacto no consumo dos alimentos, e se houve restrições ao poder de compra, gerando insegurança alimentar nas refeições diárias das famílias. E para atender a este objetivo foi necessário conhecer os aspectos relevantes no momento da compra de alimentos, como também os critérios priorizados pelas famílias.

O estudo torna-se relevante por contribuir para um melhor entendimento sobre a segurança alimentar e nutricional no período de pandemia, possui também uma contribuição científica abordando, de forma específica, consumidores do estado de Mato do Grosso do Sul. O referido trabalho está estruturado em seções, que abordam sobre segurança alimentar e nutricional no contexto pandêmico, o consumo de alimentos com seus benefícios e malefícios, estudos anteriores sobre o tema discutido, além dos procedimentos metodológicos adotados na pesquisa e discussão dos resultados.

2. Segurança alimentar e nutricional– conceito e abordagem

A segurança alimentar e nutricional vem ganhando cada vez mais centralidade e influência nos acordos e compromissos estabelecidos e elaborados pelos governos (Vasconcellos & Moura, 2018). Inicialmente, segurança alimentar e nutricional era uma questão estritamente ligada à produção e a estocagem de alimentos (Deves & Filippi, 2008; Nascimento & Andrade, 2010).

Estudos antecedentes relatam que a segurança alimentar surge no fim da Primeira Guerra Mundial (Maluf; Menezes & Marques, 1996). Mas o amadurecimento ocorreu após a Segunda Guerra Mundial, diante das discussões sobre disponibilidade de alimentos e acesso, vinculados à quantidade de produção e ao preço baixo (Campos; Oliveira & Vendramini, 2014).

Cabe destacar que o conceito ainda está em construção (Burlandy, 2007). Escamilla e Corrêa (2008) define segurança alimentar como acesso físico, social e econômico a alimentação segura, nutritiva e que atende as necessidades dietéticas para promover uma vida ativa e saudável. Nesse sentido, houve uma junção da segurança alimentar com a segurança nutricional, para promover não só o acesso a alimentos, mas manter a qualidade e aspectos nutritivos e sanitários (Aliaga; Santos & Trad, 2020).

Vasconcellos e Moura (2018, p. 2) ponderam que a segurança alimentar e nutricional se baseia na “realização do direito ao acesso a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente, sem comprometer outras necessidades essenciais”. Nesse contexto, a Lei Orgânica Brasileira de Segurança Alimentar e Nutricional - Lei nº 11.346 de 15 de setembro de 2006, apresenta em seu artigo 3º a seguinte definição:

Art. 3º A segurança alimentar e nutricional consiste na realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis (CONSEA, 2006, p. 4).

Garantir o direito de todos ao acesso permanente a alimentos reflete diretamente na condição de sobrevivência das pessoas, assim, o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA) aponta dois acontecimentos relacionados à segurança alimentar, o primeiro consiste na alimentação ser considerada um direito social através da Emenda Constitucional, e o segundo está na instituição da Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Almeida *et al.* 2018).

No Brasil, a segurança alimentar surge com propósito de participação social na elaboração de leis, projetos, planos para compor uma agenda fundamentada na soberania alimentar e pautada no direito à alimentação (Vasconcellos & Moura, 2018). No entanto, alguns trabalhos evidenciam um corte orçamentário nos últimos anos no país, o que compromete os objetivos e propósitos estabelecidos tanto pelo CONSEA como também pelo SISAN - Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Soares *et al.* 2021). De acordo com a FAO (2021), a demanda global por alimentos é calculada de forma proporcional ao crescimento da população. Considerando o período da pandemia com restrições financeiras, a situação alimentar tornou-se crítica. Minotti *et al* (2022) apresentam que embora a situação da segurança alimentar fosse crítica, para atender a demanda alimentar e não desenvolver uma ameaça a saúde, bem-estar e ao meio ambiente, alguns programas de auxílio financeiro foram implementados pelo governo para sanar tal dificuldade.

Monteiro (2010, p.38) retrata que os “postulantes do conceito de segurança alimentar criaram o termo sustentabilidade, que engloba as questões do meio ambiente, tendo reflexos no processo de produção e de consumo alimentar, em decorrência da continuidade de abastecimento”.

Massruhá *et al.* (2020) ressalta outros fatores que podem influenciar na produção de alimentos, como: a crescente escassez de recursos terra e água, mudanças climáticas e/ou eventos externos, níveis de renda per capita e urbanização ascendentes, novos consumidores digitalizados demandando alimentos mais nutritivos e funcionais e ganhos de produtividade em ritmo decrescente em alguns países, tornando-se crucial para alcançar as metas futuras de segurança alimentar estimada pela ONU - Organização das Nações Unidas.

No entanto, para fornecer alimentos nutritivos a agricultura mundial enfrenta um de seus maiores desafios, produzir alimentos, fibras e energia limpa de forma sustentável visando minimizar os impactos ambientais e sociais, considerando o aumento significativo da população mundial nos próximos anos. A expectativa é que em 2050 atinja-se, aproximadamente, 9 bilhões de habitantes (Massruhá *et al.* 2020).

Em suma, a segurança alimentar vai além da promoção ao alimento seguro, configura-se como conjunto de direitos e políticas sociais que precisam ser atendidas e exercidas por todos, garantindo a alimentação da população e das gerações futuras.

2.1 Consumo de alimentos – benefícios e malefícios

O direito à alimentação, é reconhecido como primordial, pautado no Direito econômico, social e cultural, o acesso à alimentos e as ações de proteção contra a fome, são reconhecidos em acordos nacionais e internacionais e com menção na Declaração Universal dos Direitos Humanos das Nações Unidas (Maluf; Menezes & Marques, 2000; Almeida *et al.* 2018).

Os autores dispõem que a segurança alimentar está diretamente relacionada às estratégias de desenvolvimento de uma nação, isso ocorre, devido a condição vital para sobrevivência, também ocorre pelo conjunto da configuração de um sistema alimentar, ligado à produção, distribuição e consumo dos alimentos, influenciando em aspectos econômicos, culturais e sociais, e ainda pela prática e execução das políticas públicas (Almeida *et al.* 2018).

Cabe ressaltar, que a disponibilidade e consumo de alimentos configuram em indicadores para conhecer o nível da pobreza de uma nação. No entanto, Maluf (2007), Domene *et al.*, (2023) e Currallero e Alves (2024) corroboram que o problema da fome ou questões relacionadas à insegurança alimentar não está na produção e distribuição de alimentos, os problemas enfrentados atualmente sobre a fome estão vinculados ao acesso, sendo caracterizada por uma situação financeira.

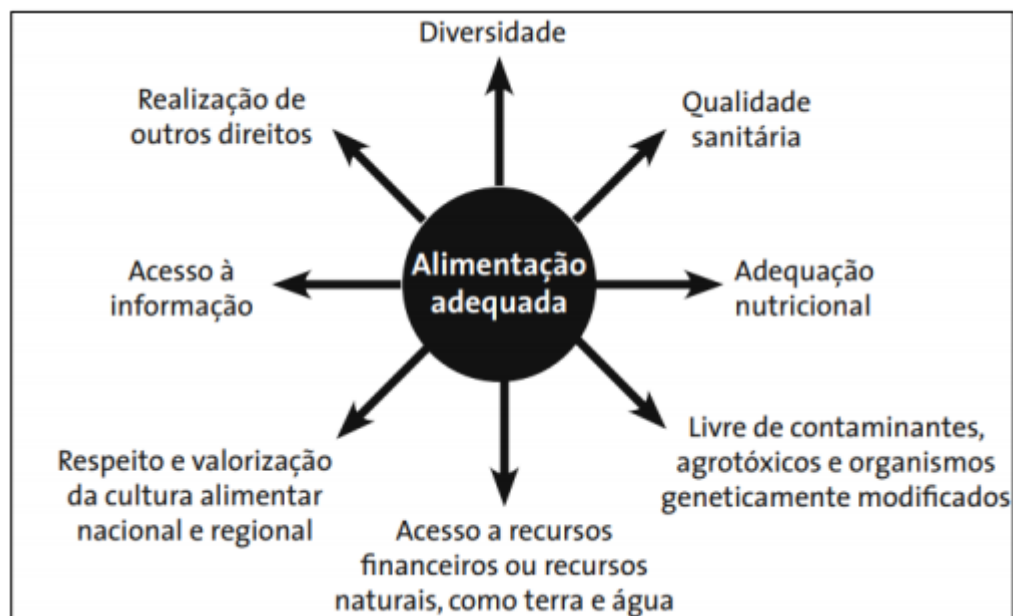
De acordo com Sen (2000) as questões econômicas e políticas precisam ser entendidas para compreender os efeitos e fatores das fomes coletivas. Oliveira (2014) destaca que a fome também pode originar-se de fenômenos naturais. De acordo com a FAO (2022) O Brasil saiu do Mapa da Fome da Organização nas Nações Unidas em 2014, por meio de estratégias de segurança alimentar e nutricional, porém, em 2022, os dados apresentaram o retorno do país ao mapa da fome em consequência a situação da pandemia que gerou uma crise não só econômica, mas política, social e ambiental. Neste contexto, Sen (2000) destaca que a fome coletiva e crônica de uma país consiste na privação de liberdade do indivíduo e que tal situação dificulta o desenvolvimento econômico de uma nação.

Sen (2000) destaca que na desigualdade social, superar as privações é uma ação individual e que por este motivo a liberdade corresponde um fim prioritário e urgente para promover o desenvolvimento econômico. “O desenvolvimento consiste na eliminação de privações de liberdade que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente (Sen, 2000, p.10).

No que tange a segurança alimentar, o direito à alimentação está pautado em alimentação adequada com calorias, proteínas e outros nutrientes presentes no alimento e nas refeições realizadas diariamente. No Brasil, existem algumas dimensões da alimentação

adequada que envolvem questões de justiça social e econômica. A figura a seguir apresenta as referidas dimensões.

Figura 1 - Dimensões da alimentação adequada.



Fonte: Leão, 2013.

Para Leão (2013) às dimensões da alimentação adequada relacionam-se diretamente com a oferta de alimentos, vinculado à produção, distribuição, forma e sistema de armazenamento, também configura a condição financeira e econômica, sendo observada pela capacidade de obter e comprar alimentos, além de relacionar-se com aspectos de utilização biológica e aproveitamento de nutrientes, presentes nas questões sanitárias, e por fim, as dimensões envolvem a estabilidade, sendo papel do governo proporcionar ações, realizar planejamento para sanar eventuais problemas sejam eles, crônicos, sazonais ou passageiros.

2.2 Segurança alimentar e nutricional no contexto pandêmico segundo a FAO

O período pandêmico provocou um momento crítico na economia brasileira, devido ao encerramento de atividades econômicas que não sobreviveram a quarentena, dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) demonstrou que cerca de 522 mil empresas

fecharam as portas temporariamente ou definitivamente, provocando perda de trabalho e renda, consequentemente, aumento na desigualdade social (Zago, 2021).

Segundo os últimos relatórios da *Food And Agriculture Organization of the United Nations* (FAO, 2021) sobre a situação da Segurança Alimentar no mundo, apresentados tanto na edição de 2019 quanto na edição de 2020, a pobreza e desigualdade foram consideradas as principais causas da (in)segurança alimentar em nível mundial. A pobreza caracteriza-se por apresentar impactos na qualidade nutricional dos alimentos consumidos, ou seja, alimentos considerados saudáveis são inacessíveis para os pobres.

Já desigualdade contribui para aumento significativo de insegurança alimentar, pois afeta renda, ativos produtivos, serviços básicos como saúde e educação, acesso à informação e tecnologia, afetando grupos socialmente excluídos e marginalizados como, por exemplo, os jovens, de gêneros, pessoas com deficiência, etnias e povos indígenas. O relatório da FAO retrata que “os níveis de desigualdade destacados estão sendo acelerados devido às dificuldades econômicas induzidas pela crise do COVID-19, que provavelmente agravaram as desigualdades nos acessos aos alimentos” (FAO, 2021).

Em julho de 2021 a FAO divulgou novos dados sobre segurança alimentar e nutricional, configurando informações preocupantes. Estima-se que um décimo da população global, aproximadamente 811 milhões de pessoas, estavam em situação subalimentar, ou seja, passaram ou passam fome, e 2,37 bilhões sofreram e sofrem com a insegurança alimentar, consomem alimentos não nutritivos em quantidades insuficiente do que o organismo precisa, esse dado afeta diretamente os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS, no comprometimento das metas da agenda 2030, destacados nos objetivos 2.0 mais precisamente os objetos 2.1 e 2.2 (FAO, 2021).

Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) os objetivos 2.1 e 2.2 diz respeito:

Até 2030, acabar com a fome e garantir o acesso de todas as pessoas, em particular os pobres e pessoas em situações vulneráveis, incluindo crianças, a alimentos seguros, nutritivos e suficientes durante todo o ano”. E a 2.2 “Até 2030, acabar com todas as formas de má-nutrição, incluindo atingir, até 2025, as metas acordadas internacionalmente sobre nanismo e caquexia em crianças menores de cinco anos de idade, e atender às necessidades nutricionais dos adolescentes, mulheres grávidas e lactantes e pessoas idosas (ODS, 2021).

O relatório revela uma situação alarmante no Brasil, cerca de 43,4 milhões de brasileiros(as) não tinham alimentos em quantidades suficientes, no contexto pandêmico, e 19 milhões enfrentam a fome (FAO, 2021).

2.4 Estudos anteriores

Alguns estudos foram realizados para compreender o contexto pandêmico e se esse período influenciou a segurança alimentar e nutricional no Brasil e no restante do mundo. Autores como Oliveira *et al.* (2020), Erokhin *et al.* (2020) pesquisaram sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia e os resultados apontaram preocupação quanto a higiene dos alimentos e fatores sanitários, como também a vulnerabilidade socioeconômica e fatores relacionados à cadeia de abastecimento de alimentos no período da pandemia para promover segurança alimentar as pessoas.

Ribeiro Silva *et al.* (2020) analisou as implicações da pandemia Covid-19 para a segurança alimentar nutricional no Brasil, como resultado, observou a relevância das políticas públicas promovidas pelos estados e municípios frente ao cenário de pandemia e retratou a questão da agricultura familiar no contexto das políticas públicas.

Outros estudos buscaram conhecer o comportamento dos consumidores, seus hábitos no processo de compra de alimentos e também as percepções geradas ao atribuir benefícios no consumo de alimentos.

Rodman (2005) objetivou conhecer a percepção dos consumidores na compra de alimentos, produtos orgânicos. Para realizar, sua pesquisa o autor entrevista consumidores croatas, seus resultados apontaram que a qualidade e o sabor eram atributos desejados pelos consumidores.

Já Pereira (2012) buscou identificar o comportamento dos consumidores em Belo Horizonte - MG, em relação a segurança alimentar, com enfoque na certificação dos alimentos, compreendendo se este fator é relevante no ato da compra do produto. A pesquisa apresentou como resultados uma preocupação por parte dos consumidores em conhecer a origem dos alimentos e sua composição nutricional.

3. Procedimentos Metodológicos

Para identificar a percepção dos consumidores sobre segurança alimentar e nutricional no período de pandemia, buscou-se realizar uma pesquisa de caráter exploratório e de abordagem quantitativa (Gil, 2002; Gerhardt & Silveira, 2009). Para alcançar o objetivo proposto, aplicou-se um questionário contendo questões fechadas, para identificar o perfil dos

respondentes, informações sobre a profissão, faixa salarial, consumo e produtos desejados e adquiridos no momento da compra.

O instrumento de coleta de dados foi elaborado com base em estudos de Pereira (2012) e Aliaga, Santos e Trad (2020). Cabe destacar que o questionário utilizado nesta pesquisa cumpre os princípios éticos aprovados pelo comitê de cada instituição responsável. O questionário foi estruturado na plataforma *google forms*, foi realizado um pré-teste contendo 17 questões, em maio de 2021, foi possível verificar a estrutura das questões e o entendimento sobre as mesmas pelos consumidores, o questionário ficou disponível por sete dias, foi disponibilizado pelas redes sociais e com uma questão para identificação do estado de residência dos participantes para delimitar apenas respostas válidas para o estado de Mato Grosso do Sul. As perguntas estavam direcionadas ao sexo dos respondentes, idade, escolaridade, renda familiar, redução da renda durante a pandemia, prioridades no ato da compra como qualidade ou preço, alimentação saudável entre outras questões.

Após o pré-teste foi necessário adequações no questionário, que de 17 passou a ter 25 questões mais compreensíveis e diretas. Foi disponibilizado nas redes sociais entre os dias 26 de julho de 2021 a 03 de agosto de 2021 e obteve, 63 respostas. Ao analisar as respostas, identificou-se alguns respondentes residentes em outros estados, como Mato Grosso e Goiás, desta forma, estas respostas foram excluídas da amostra, resultando em 61 respostas válidas.

O Estado de Mato Grosso do Sul foi estabelecido como critério para realização da pesquisa pelo fato de ser o estado de residência das pesquisadoras. O estado apresenta uma área territorial de 357.147.994 km², com uma densidade demográfica de 6,86 hab/km², possui uma economia fortemente vinculada à agricultura e pecuária (IBGE, 2013; 2020).

Com a agricultura ocupando cerca de 35.712.496 hectares do total do território, o estado é considerado um celeiro de alimentos, um setor que fortalece o agronegócio, com cultivo de *commodities* como soja, cana de açúcar, milho e carne bovina (FAMASUL, 2013). O cultivo dos demais produtos como feijão, mandioca entre outros ocupam uma pequena área territorial, gerando uma demanda a importação de outros estados, o que reflete nos preços dos alimentos consumidos pelos sul-mato-grossenses.

Com relação a agricultura familiar no estado, é possível identificar um crescimento, são cerca de 70 mil famílias de agricultores familiares. Porém, existem muitos desafios, um deles consiste no modelo agroexportador, em que a disponibilidade de alimentos cultivados não atende a demanda da população do estado (CAISAN, 2014).

Diante da limitada produção para o consumo local da população, o preço dos alimentos é influenciado pela logística de transporte, oriunda das importações sendo, assim, comercializados a preços elevados (FAMASUL, 2013). No entanto, no que tange a renda, o estado está entre os que possuem maior renda domiciliar, com rendimento médio de 1.488,00 reais (IBGE, 2020). Cabe destacar, que embora o rendimento mensal seja um dos maiores, a desigualdade existe, sendo percebida pela escolaridade, faixa etária e sexo, pois as mulheres, tendem a receber menos que os homens (IBGE, 2013).

O estado de Mato Grosso do Sul, possui um índice de desenvolvimento humano - IDH de 0,729 apresentando um alto nível de desenvolvimento econômico. Este índice baseia-se na educação, renda e longevidade, e varia de zero a um, sendo considerado baixo quando apresentar resultado menor que 0,5 (IPEA, 2013).

Diante disso, considerando as informações de renda da população, a importação de alimentos básicos para a alimentação, com preços elevados e, ainda, em período de pandemia, busca-se compreender a percepção dos consumidores sul-mato-grossenses sobre segurança alimentar nesse momento crítico da economia.

4. Resultados e discussão dos dados

Inicialmente apresenta-se o perfil dos respondentes, após destaca-se informações profissionais, como faixa salarial e área de atuação. Na sequência, enfatiza-se as informações sobre o consumo e o poder de aquisição dos alimentos. Os dados foram obtidos através de análise das respostas do questionário.

4.1 Perfil dos respondentes

No que tange ao perfil dos respondentes, o questionário abordou informações do sexo, faixa etária, unidade da federação, sendo estado e município, procurou conhecer se o respondente é o responsável pela compra dos alimentos e a quantidade de pessoas que residem na moradia. Os resultados de sexo e faixa etária são apresentados na Tabela.

Tabela 1: Idade X Sexo

	Feminino	Masculino	Total
Idade	%	%	%
18-25	29,5	16,5	46
26-35	23	8	31

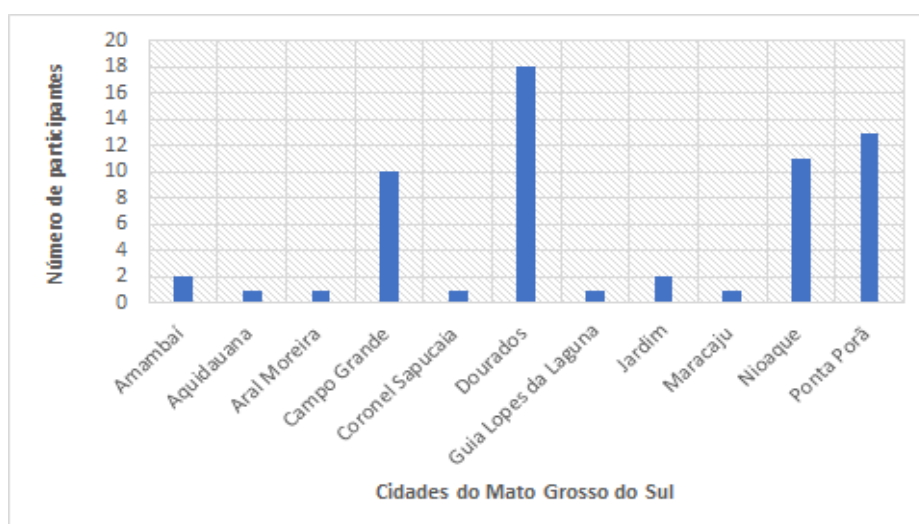
36-45	10	8	18
46-59	3	2	5
60 ou mais	0	0	0
Total	65,5	34,5	100

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Diante das informações coletadas, verificou-se que 65,5% dos respondentes são do sexo feminino, sendo preponderante a faixa etária de 18 a 25 anos.

Com relação aos municípios onde residem os respondentes, verificou-se que Dourados possui a maior parte dos participantes da pesquisa, seguido de Ponta Porã, Nioaque e Campo Grande. O gráfico 1 demonstra os municípios listados na pesquisa.

Gráfico 1: Municípios onde residem os respondentes.

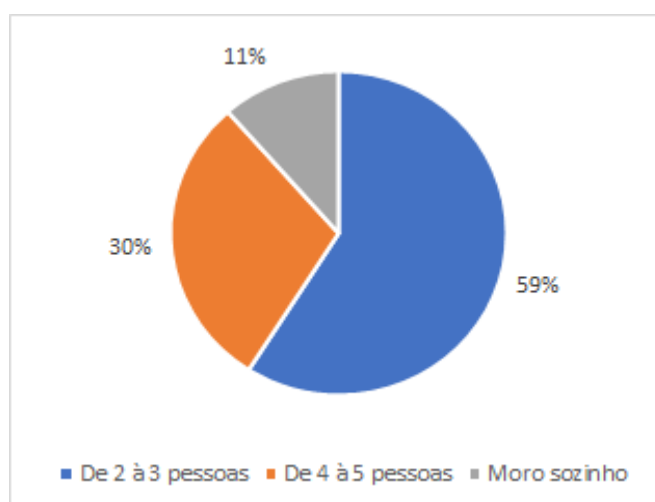


Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Cabe destacar que Dourados, consiste na segunda maior cidade do estado e opera fortemente na produção de aves e ovos, além da produção de grãos de soja e milho.

A pesquisa buscou conhecer o número de pessoas, moradores nas residências, para compreender se a quantidade seria um fator relevante no consumo de alimentos, e os dados mostram que 59% dos respondentes possuem famílias de 2 a 3 pessoas. Conforme gráfico a seguir.

Gráfico 2: Número de Moradores no domicílio dos respondentes



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

O número de moradores reflete diretamente no consumo de alimentos, ou melhor, na quantidade de alimentos consumidos, quanto maior o número de integrantes na família, maior será o gasto, dispêndio para comprar alimentos. O poder de aquisição está relacionado também a área de atuação, escolaridade, enfim, informações profissionais que serão detalhadas no tópico a seguir.

4.2 Informações profissionais

Diante da situação de insegurança financeira provocada pelo encerramento definitivo ou temporário de alguns estabelecimentos comerciais (ZAGO, 2021), tornou-se relevante conhecer informações profissionais dos respondentes, como escolaridade, área de atuação profissional e renda familiar. Com relação à escolaridade, a pesquisa evidenciou que 33% dos respondentes possuem ensino superior incompleto, 31% já finalizaram o ensino médio e apenas 20% são pós-graduados.

No que tange a profissão, destaca-se que os respondentes que possuem ensino superior incompleto se declararam como estudantes, correspondendo a 16% da amostra, e 14,75% declararam ser professores. Os resultados também apontam outras profissões como administrador (3,2%), trabalhador rural (1,6%) entre outros.

Considerando a área de atuação observou-se que a maior parte trabalha em empresas prestadoras de serviços, seguida pelo comércio e pelo setor público, conforme apresentado na tabela 2.

Tabela 2: Área de atuação profissional.

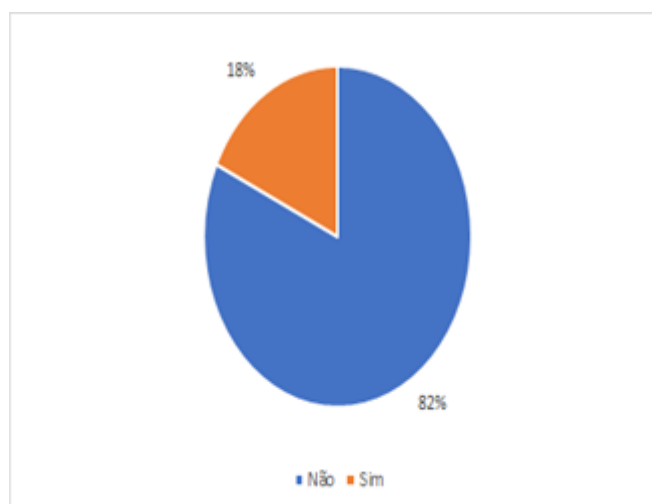
Área profissional	Participação Percentual (%)
Empresas prestadora de serviços	26%
Comércio	21%
Setor público/funcionário público	21%
Indústria	11%
Estudante / pesquisador	8%
Agricultura/ lavoura	7%
Doméstica	2%
MEI (Micro empreendedor)	2%
Outros	2%

Fonte: Elaborada pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Observa-se que o percentual de atuação na agricultura ou lavoura é baixo em relação às demais áreas profissionais, corroborando com os dados de que a agricultura familiar ainda está crescendo no estado, e que também apresenta muitos desafios para se desenvolver.

Ao analisar as questões sobre a perda de emprego no período da pandemia, 82% responderam que não perderam o emprego, conforme mostra o gráfico a seguir.

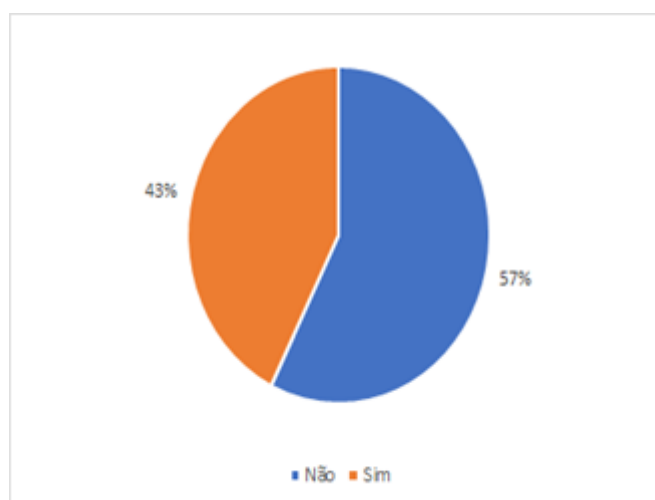
Gráfico 3: Se perdeu o emprego na pandemia



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Porém, 43% dos respondentes declararam que houve redução na renda familiar desde o início da pandemia, o que influencia no poder de compra de alimentos, pois, com a renda menor, a capacidade de adquirir alimentos reduz.

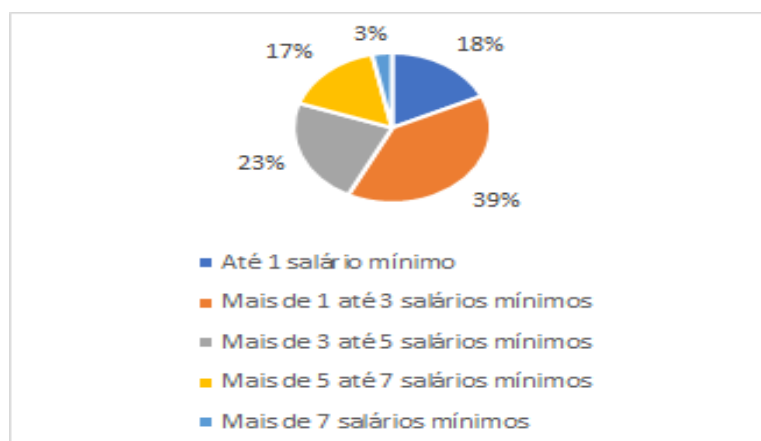
Gráfico 4: Redução de renda durante pandemia



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Nota-se que a situação financeira é um fator relevante para a insegurança alimentar, conforme relatado por Maluf (2007) o problema da fome ou questões relacionadas à insegurança alimentar não está na produção e distribuição de alimentos, os problemas enfrentados estão vinculados ao acesso, pautada na situação financeira. Com relação à renda familiar, considerando o valor bruto, verificou-se que 39% possuem renda entre 1 e 3 salários-mínimos, caracterizando um poder aquisitivo baixo para consumo de alimentos diversificados. O gráfico a seguir apresenta os dados.

Gráfico 5: Perda do emprego no período de pandemia.



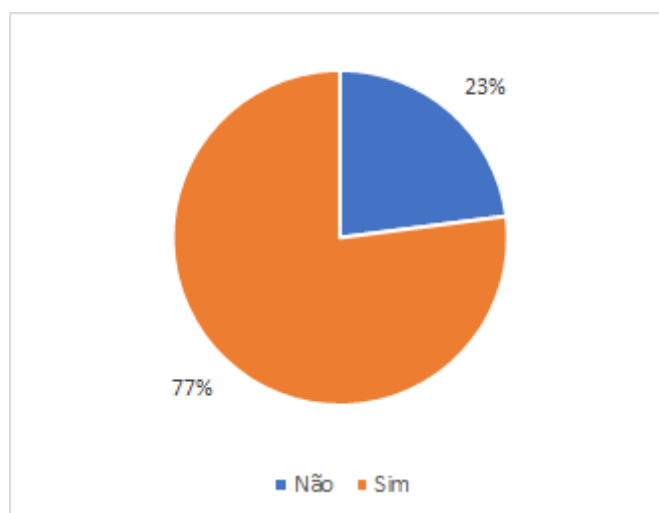
Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Cabe salientar, que 17% dos respondentes, com pós-graduação, possuem renda superior a cinco salários-mínimos, retratando uma desigualdade percebida pelo nível de escolaridade.

4.3 Informações de consumo

Por se tratar de uma pesquisa sobre segurança alimentar, muitas das questões abordaram hábitos de consumo, preocupações em escolher os alimentos, quais os critérios adotados ou priorizados e escolhas consideradas no momento da compra dos alimentos. Desse modo, 77% dos respondentes declararam ser responsáveis pela compra de alimentos na residência.

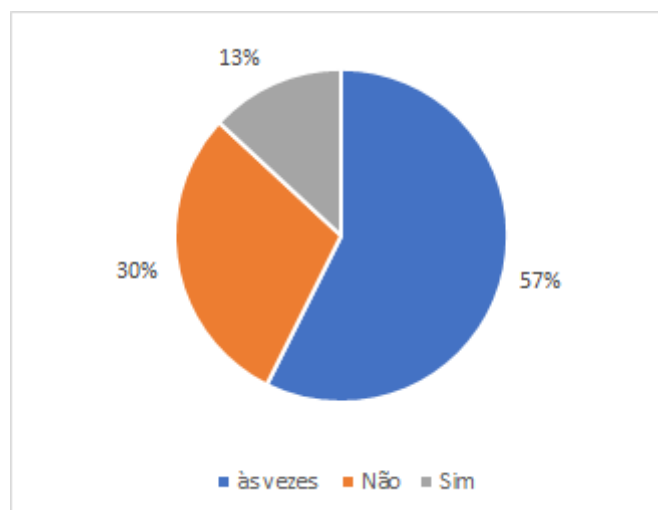
Gráfico 6: Responsáveis pela compra de alimentos.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Verificou-se também se os consumidores têm curiosidade pelas informações listadas nos rótulos dos alimentos e produtos, 57% responderam que às vezes procuram ler ou conhecer as informações de origem do produto e informações nutricionais, e 30% declararam não buscar tais informações. O gráfico a seguir apresenta estas informações.

Gráfico 7: Os respondentes buscam por informações nutricionais nos rótulos dos alimentos.

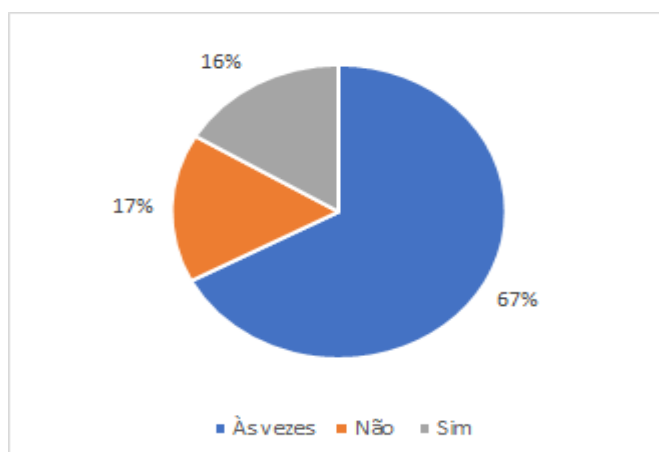


Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

É importante ressaltar que 70% dos respondentes demonstram curiosidade em conhecer como os alimentos são produzidos. Este resultado corrobora com a pesquisa de Oliveira *et. al* (2020) que pesquisou sobre insegurança alimentar no contexto da pandemia, e identificou uma preocupação higiênico-sanitária no momento da compra dos alimentos.

Ainda no contexto da origem dos alimentos, identificou-se que 67% dos consumidores, buscam comprar produtos de fontes sustentáveis, considerando que na produção dos alimentos usam-se métodos que não poluem o meio ambiente, conservam os recursos naturais, são economicamente eficientes, seguro para os trabalhadores, comunidade e consumidores, ofertando alimentos com qualidades nutricionais suficiente para promoção do bem-estar (MS, 2021), os resultados podem ser visualizados no gráfico 8.

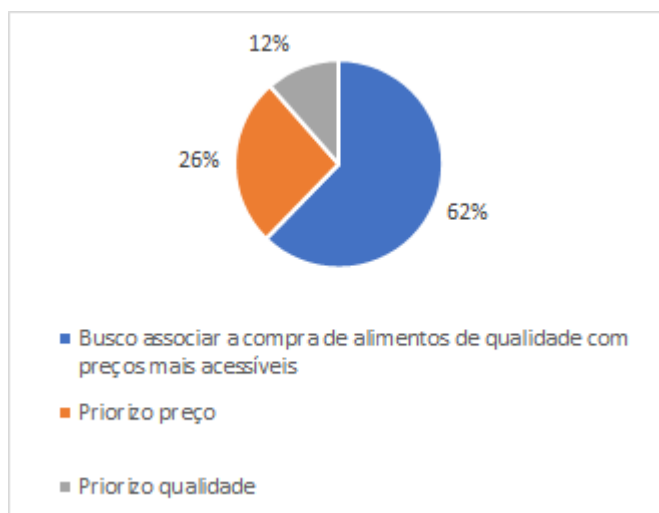
Gráfico 8: Os respondentes compram alimentos de fonte sustentáveis



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Um dos fatores ou indicadores que influenciam a atual situação do Brasil, no que tange a segurança alimentar, consiste no preço dos alimentos. Para melhor compreender o que os consumidores priorizam no momento da compra, foi questionado se a escolha está pautada no preço ou na qualidade. Dos respondentes, 62% buscam associar preço e qualidade dos alimentos adquiridos, 26% priorizam preço e apenas 12% priorizam qualidade, conforme mostra o gráfico 9.

Gráfico 9: Prioridades dos respondentes em preço ou qualidade.



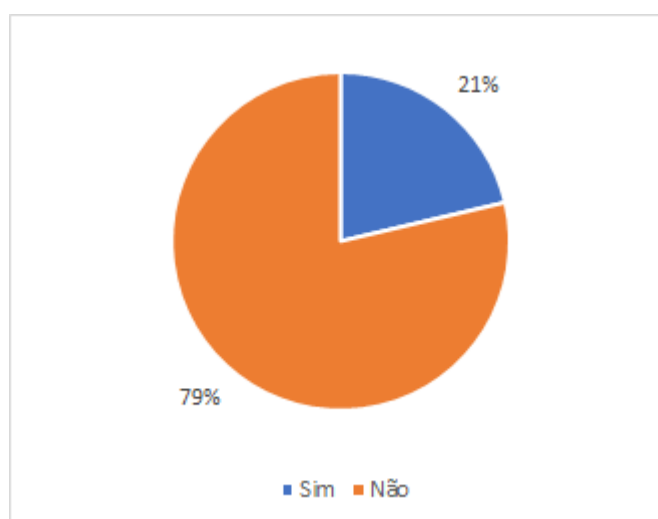
Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Observa-se que o preço dos alimentos causa impactos nas refeições das famílias brasileiras. Almeida et al (2018) evidenciaram no seu estudo uma variação mensal nos preços das cestas de produtos alimentares, e relataram que no momento da compra, o consumidor tende

a levar em consideração o preço. Belik e Cunha (2015) corroboram com este resultado, ressaltando que devido ao preço elevado, muitas famílias fazem uma substituição dos alimentos, consumindo os mais acessíveis, e que o alto preço ameaça diretamente a sobrevivência das famílias e a segurança alimentar.

Ao serem questionados sobre as dificuldades encontradas no acesso de alimentos durante o período pandêmico 79% responderam que não perceberam dificuldade de acesso, no entanto, 21% dos respondentes encontraram dificuldades, e destacaram causas como o aumento de preço dos alimentos, poucas variedades, produtos em falta, e relataram dificuldade de acessibilidade, ou seja, devido a pandemia houve restrição nos estabelecimentos. Conforme gráfico a seguir.

Gráfico 10: Dificuldades de acesso ao alimento na pandemia.



Fonte: Elaborado pelas autoras, a partir dos resultados da pesquisa.

Com base nas dificuldades encontradas, destaca-se que 51% dos respondentes afirmaram que desde o início da pandemia, houve mudança nos itens de consumo da residência, devido ao preço elevado e em alguns casos, de acordo com a redução salarial. E 52% relataram mudança no local, estabelecimento utilizado para comprar os alimentos, tal situação foi destacada pela restrição de pessoas no local fechado para evitar circulação nas ruas, alguns consumidores passaram a consumir alimentos de estabelecimentos próximos a sua residência.

É válido ressaltar, que 93% dos respondentes relataram que em contextos anteriores à pandemia não havia restrições a alimentos. Ao serem questionados sobre a restrição no período pandêmico, 80% não perceberam restrições de consumo, já 13% recorreram ao auxílio

emergencial, programa do governo federal destinado às famílias brasileiras em situação de vulnerabilidade, e 7% passaram a receber alimentos de outras pessoas.

Segundo o Ministério da Saúde (2021) uma alimentação saudável é compreendida por três princípios: variedade, moderação e equilíbrio no consumo de alimentos. A partir dessas considerações, 79% dos respondentes consideram suas refeições diárias como saudáveis. Por fim, cabe destacar que 49% dos respondentes compreendem segurança alimentar como acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Já 59% consideram segurança nutricional como acesso a alimentos nutritivos e seguros em quantidades suficientes para promoção da saúde, bem-estar físico, mental e social promovendo qualidade de vida.

5. Considerações finais

Este estudo identificou a percepção dos consumidores sobre segurança alimentar no período de pandemia e buscou compreender o perfil dos consumidores e as preferências exercidas no ato da compra de alimentos.

Destaca-se que a população se encontra em uma situação mais vulnerável com relação aos aspectos econômicos e financeiros, embora, a maior parte dos respondentes não tenham relatado a perda do emprego, houve uma redução salarial considerável. A pandemia gerada pelo coronavírus, demonstrou como os países estão despreparados para enfrentar uma crise sanitária que reflete diretamente na economia, com as restrições estabelecidas para empresas, setores diferenciados e na distribuição dos alimentos.

No que tange ao perfil, verificou-se que a maioria dos respondentes possuem ensino superior incompleto, declarados como estudantes com renda mensal de 1 a 3 salário-mínimo, morando com as famílias, formada entre 2 a 3 pessoas. Outro ponto importante diz respeito a idade dos respondentes, que corresponde a pessoas entre 18 e 25 anos, demonstrando ser uma população jovem, fato relevante para justificar a faixa salarial dos respondentes, apresentando assim uma possibilidade de ampliação de renda conforme o nível de escolaridade.

No que tange aos fatores e informações profissionais, muitos respondentes alegaram não ter perdido o emprego desde o início da pandemia, porém, relataram redução salarial, o que compromete a quantidade e a qualidade dos alimentos consumidos. Algumas respostas evidenciaram o elevado preço dos alimentos. Tal abordagem ocorre inicialmente pelo fato do estado do Mato Grosso do Sul importar alimentos de outros estados, pelo fato de não produzir

todos os tipos de alimentos necessários para o consumo, sendo representado pela produção de *commodities*.

O fator preço também sofre um aumento devido a pandemia e as restrições estabelecidas pelo governo, para reduzir o contágio do vírus, assim, o setor de distribuição sofre algumas mudanças e isso reflete no preço dos alimentos.

No entanto, os resultados apontaram que os respondentes da pesquisa não sofreram alterações significativas no que tange o consumo dos alimentos, embora tenha ocorrido redução salarial, as famílias conseguiram manter o poder de compra dos alimentos.

Apenas alguns respondentes, relataram receber alimentos de outras pessoas, através de doações, e outra minoria, mencionou a adesão ao auxílio do governo para ajudar nos gastos mensais. Desse modo, entende-se que o período da pandemia não refletiu negativamente nas refeições diárias das famílias, existem dificuldades, principalmente alinhadas ao preço dos alimentos, mas em nenhum momento houve intensificação de restrição alimentar ou ainda a falta de alimentos na mesa dessas famílias.

Cabe ainda relatar que o papel do governo consiste em colocar em prática as ações de melhoria para com a sociedade, e que existem políticas públicas relacionadas com a segurança alimentar, que precisam cada vez mais ser implementadas e exercidas tanto pelo governo como também pelos cidadãos, considerados agentes da mudança.

Diante dos resultados obtidos em outras pesquisas, sobre a insegurança alimentar gerada pela pandemia, percebe-se que no estado do Mato Grosso do Sul, houve dificuldades elencadas pelos respondentes, mas não apresenta uma situação crítica em relação à segurança alimentar e nutricional.

Como limitação do estudo, evidencia-se o público-alvo da pesquisa, sendo especificamente a população do estado do Mato Grosso do Sul, sendo necessário a realização e abordagem de outros estudos para avaliar e conhecer a percepção dos consumidores dos demais estados da federação brasileira. Para pesquisas futuras, sugere-se estudos pautados nas políticas públicas municipais exercidas durante o período da pandemia e os resultados obtidos para manter e ou facilitar o acesso ao alimento por parte das famílias mais vulneráveis.

Referências

Aliaga, M. A. Santos, S. M. C. Trad, L. A. B. (2020). Segurança alimentar e nutricional: significados construídos por líderes comunitários e moradores de um bairro popular de

Salvador, Bahia, Brasil. CSP Cadernos de Saúde Pública. Disponível em <
<https://doi.org/10.1590/0102-311X00169218> >.

- Almeida, M. Dantas, J. N. S. Pellenz, J. L. V. Guareschi, A. (2018). Análise dos efeitos das políticas públicas de segurança alimentar e nutricional a partir de indicadores da FAO. *Brazilian Journal of Development*. v. 4, p. 642-654.
- Andrade, J. C. Deliza, R. Yamada, E. A. Galvão, M. T. E. L. Frewer, L. J. Beraquet, N. J. (2013). Percepção do consumidor frente aos riscos associados aos alimentos, sua segurança e rastreabilidade. *Campinas*, v. 16, p. 184-191.
- Belik, W. Cunha, A. R. A. (2015). Abastecimento no Brasil: o desafio de alimentar as cidades e promover o desenvolvimento rural. In: GRISA, Cátia; SCHNEIDER, Sérgio. Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil. Porto Alegre: Ufrgs, p. 2017-235.
- Brasil. Lei no 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN, com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2006; 18 set. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/consea/conferencia/documentos/lei-de-seguranca-alimentar-e-nutricional>> Acesso em: 15 de jul 2021.
- Brasil. Decreto no 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei 11.346, de 15 de setembro de 2006, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN, estabelece o parâmetro para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional e dá outras providências. *Diário Oficial da União* 2010. Acesso em: 15 de jul 2021.
- Burlandy, L. (2007). A construção da política de segurança alimentar e nutricional no Brasil: estratégias e desafios para a promoção da intersetorialidade no âmbito federal de governo. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 14, p. 851-860.
- Campos, M. A. Oliveira, J. C. Vendramini, A. L. A. (2014). História da ciência e tecnologia dos alimentos no Brasil no pós-Segunda Guerra até os dias atuais: desenvolvimento e estruturação do alimento.
- Cezar, F. S. (2020). Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional> uma análise da descentralização da política nos municípios brasileiros. Universidade Federal de Pernambuco. Dissertação, Mestrado em Gestão e Economia da Saúde.
- CONSELHO NACIONAL DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. Segurança alimentar. Disponível em: <<http://www4.planalto.gov.br/consea>>. Acesso em: 23 jul. 2021.
- Deves, O. D. Filippi, E. E. (2008). A segurança alimentar e as experiências das políticas agro-alimentares locais no fortalecimento da agricultura familiar.
- Erokhin, V. (2020). Impacts of COVID-19 on trade and economic aspects of food security: evidence from 45 developing countries. *Int. J. Environ, Res. Public Health*.

- Escamilla, R. P. Corrêa, M. S. A. (2008). Indicadores e medidas de insegurança alimentar. Revista de Nutrição Brazilian Journal of Nutrition. Disponível em < <https://www.scielo.br/j/rn/a/mfgJyKLc9HP7nXLRX5fH3Fh/?lang=en#> > Acesso em: 13 de jul. 2021.
- FAMASUL. FEDERAÇÃO DA AGRICULTURA E PECUÁRIA DE MATO GROSSO DO SUL. Produção Agrícola de Mato Grosso do Sul, Safras 2011/2012 e 2012/13. Disponível em: <http://sigaweb.aprosojams.org.br/>. Acesso em: 01, ago de 2021.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. Insegurança alimentar e covid-19 no Brasil. Disponível em < <http://www.fao.org/family-farming/detail/fr/c/1392789/> > Acesso em: 12, jul de 2021.
- FAO, FOOD AND AGRICULTURE ORGANIZATION OF THE UNITED NATIONS - FAO. Segurança Alimentar e Nutrição em Todo Mundo. Disponível em < http://www.fao.org/3/cb4474en/online/cb4474en.html#chapter-2_0 >. Acesso em: 12, jul de 2021.
- FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL. Objetivos de desenvolvimento sustentável – ODS, 2021. Disponível em < <https://odsbrasil.gov.br/objetivo/objetivo?n=2> > Acesso em: 12, jul de 2021.
- Gerhardt, T. E. Silveira, D. T. (2009). Métodos de pesquisa. Porto Alegre: Editora da UFRGS.
- Gil, A. C. (2002). Como elaborar projetos de pesquisa. São Paulo: Atlas.
- Gouvêa, M. A. Biazzi, M. R. (2007). O comportamento do consumidor do setor farmacêutico diante da demanda não atendida: implicações para a cadeia de suprimentos. Revista de Administração Mackenzie, São Paulo, v. 8, n. 1, p. 12-30.
- IBGE, INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. População. IBGE 2017. Disponível em: < <http://www.ibge.gov.br/home> >. Acesso em: 16 jun. 2021.
- IPEA, INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA E APLICADA. A trajetória histórica da segurança alimentar e nutricional na agenda política nacional: projetos, descontinuidade e consolidação. Abril, 2013. acesso em 15, jul de 2021.
- Jimenez-Guerrero, J. F. Gazquez-Abad, J. C. Huertas-Garcia, R. Mondejar-Jimenez, J. A. (2012). Estimating consumer preferences for extrinsic and intrinsic attributes of vegetables. A study of German consumers. Spanish Journal of Agricultural Research, 10 (3).
- Leão, M. M. (2013). Direito Humano à Alimentação Adequada e o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional, Brasília, ABRANDH, 263p.
- Maluf, R.S. (2000). O novo contexto internacional da segurança alimentar, in Belik, W. e Maluf, R. (orgs.). Abastecimento e segurança alimentar - os limites da liberalização. Campinas (SP), IE/UNICAMP-REDCAPA-CPDA, 37-63.

- Maluf, R. S. (2007). Segurança Alimentar e Nutricional, Petrópolis/RJ, Vozes.
- Martins, B. R. Tancredi, R. C. P. Gemal, A. L. (2014). Segurança alimentar no contexto da vigilância sanitária: reflexões e práticas. Rio de Janeiro, EPSJV.
- Massruhá, S. M. F. S. Leite, A. A. M. Junior, A. L. Evangelista, S. R. M. (2021). A transformação digital no campo rumo à agricultura sustentável e inteligente. Disponível em <https://www.embrapa.br/busca-de-publicacoes/-/publicacao/1126214/a-transformacao-digital-no-campo-rumo-a-agricultura-sustentavel-e-inteligente>.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE - MS. Disponível: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/protocolos_guia_alimentar_fasciculo1.pdf . Acesso em 06 ago. 2021.
- Monteiro, C. A. (2010). O peso além do prato. (Entrevista). Rede Câncer: Revista Trimestral do Instituto Nacional do Câncer, Rio de Janeiro, n. 10, p. 6-9.
- Nascimento, A. L. Andrade, S. L. S. (2010). Segurança alimentar e nutricional: pressupostos para uma nova cidadania? Ciência e Cultura, São Paulo, v. 62, n. 4, p. 2.
- Oliveira, L. F. C. (2014). Segurança alimentar e nutricional no Brasil: da fome à obesidade. Dissertação de mestrado em desenvolvimento e planejamento territorial. Universidade Católica de Goiás.
- Pereira, C. A. (2012). Comportamento de consumidores em Belo Horizonte - MG, em relação à segurança alimentar. UFLA.
- RELATÓRIO DA ONU destaca impactos da pandemia no aumento da fome no mundo. Food And Agriculture Organization of the United Nations - FAO, 2021. Disponível em <http://www.fao.org/brasil/noticias/detail-events/pt/c/1415747/> Acesso em: 12, jul de 2021.
- Ribeiro, S. R. C. Pereira, M. Campello, T. Aragão, E. Guimarães, J. M. M. Ferreira, A. J. F. (2020). Implicações da pandemia COVID-19 para a segurança alimentar e nutricional no Brasil. Ciências saúde coletiva.
- Sem, A. (2000). Desenvolvimento como liberdade. Tradução de Laura Teixeira Motta; revisão técnica de Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras.
- Soares, J. P. G. Junqueira, A. M. R. Sales, P. C. M. Sousa, R. R. L. (2021). Cadeias de Produtos Orgânicos. v 5 p. 279 – 308.
- Vasconcellos, A. B. P. A. Moura, L. B. A. (2018). Segurança alimentar e nutricional: uma análise da situação da descentralização de sua política nacional. Caderno Saúde.
- Zago, M. A. V. (2021). As implicações do cenário pandêmico do COVID-19 frente a Segurança Alimentar e Nutricional: uma revisão bibliográfica. Campinas, v. 28 p. 1-14.